

ASPECTOS DA LÍNGUA FALADA

Lícia Maria Bahia Heine*

Resumo: Considerando o interesse crescente a respeito do estudo da língua falada, sobretudo pela comunidade dos docentes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, este artigo tem como foco ressaltar suas características fulcrais, mais especificamente do seu gênero textual prototípico – o conversacional. Para tanto, apresenta, de modo sucinto, reflexões sobre a oralidade a partir da Antiguidade Clássica e, em especial, consoante o aporte teórico do contínuo dos gêneros textuais na fala e na escrita de Marcuschi (2001). Embora seja um tema estudado de forma produtiva nas principais universidades brasileiras, a pesquisa sobre a oralidade ainda não chegou, efetivamente, às práticas didático-pedagógicas, sobretudo dos professores do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, pretende-se dar a esses docentes subsídios teóricos objetivos a fim de evitar que a oralidade seja tratada de forma equivocada e preconceituosa.

Palavras-chave: Texto falado. Interação. Coautoria textual. Sintaxe interativa.

Abstract: Taking into consideration the increasing interest in the study of the spoken language, mainly in relation to primary and secondary teachers, this article aims at highlighting its most meaningful features through the prototypical oral genre: the conversation. In a brief and very objective way some reflexions about the oral skill are presented, including the perspective of classical studies about this issue and, above all, focusing on the theory of oral and written textual genres in a *continuum*, as proposed by Marcuschi (2001). Although the most important Brazilian universities have already researched this issue very productively and efficiently, its results haven't reached effectively the pedagogical routine, if the primary and secondary practical classes are observed. Consequently, the first purpose is to provide the primary and secondary teachers with enough theoretical foundation about this theme in a very objective way, so that they can deal with the spoken language (the oral skill) appropriately, avoiding any sort of misunderstanding and prejudice.

Keywords: Oral text. Interaction. Textual co-authorship. Interactive syntax.

Introdução

Na história da Linguística, a língua falada só veio a se constituir objeto de reflexão, principalmente no Brasil, a partir dos anos 70 do século XX, por ocasião da instauração do

* Professor Associado II do Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil, liciaheine@uol.com.br

Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta - NURC¹. Contudo, a sua implementação, nos cursos de Letras no Brasil, só se efetivou a partir dos meados da década de 80 do século XX.

Esse cenário, segundo Castilho (2004, p. 23), voltado para a língua em sua realização efetiva, “vem refazer a caminhada da reflexão gramatical no Ocidente já que a gramática surgiu da Retórica, do estudo dos processos de argumentação e de articulação do texto”. Todavia, a história da Linguística tem se alicerçado nos parâmetros formais da gramática grega, cujo ponto de partida é o alexandrino Dionísio da Trácia (século II a. C.) que, por conta da crença de que a língua usada nos textos antigos fosse mais castiça e correta do que a fala coloquial, priorizou a língua escrita. Ainda consoante Castilho (2004, p. 23), “perdemos de vista esse interesse inicial, sobre que se fundamenta, inclusive, a terminologia gramatical ainda hoje usada. E a gramática que não era uma disciplina autônoma, assumiu na escola uma vida própria, desgarrada de suas origens, e concentrada na sentença, na palavra e no som, obscurecendo-se sua argumentação e empobrecendo-se seu alcance”.

De fato, a *Téchné grammatiké*, divulgada ao mundo pelos poderosos romanos da Antiguidade Clássica, mudou o curso dos estudos sobre a linguagem, pondo em foco uma gramática apartada do sujeito nas suas práticas discursivas e com o objetivo precípua de estabelecer as regras do bom uso da língua, pautadas exclusivamente na escrita dos autores consagrados, a exemplo de Homero, que viveu entre os séculos IX e VIII a. C., aproximadamente. Assim procedendo, não reconheceu a língua em seu processo comunicativo, conseqüentemente a riqueza da variabilidade linguística, dando início ao clássico preconceito linguístico, que consistia em negar qualquer realização da língua que não seguisse os padrões linguísticos dos poetas e prosadores. E, dessa forma, a gramática grega “estabeleceu também as bases do raciocínio moderno, fornecendo os princípios fundamentais segundo os quais a linguagem foi pensada até nossos dias” (KRISTEVA, 1969, p. 125).

Nos primórdios do século XX, Saussure, ao estabelecer os seus princípios e posturas metodológicas, priorizou a língua enquanto sistema abstrato, definindo-a como o objeto de estudo da ciência da linguagem. De igual modo procedeu Chomsky (1965), ao propor a competência linguística como seu objeto de estudo, ou seja, “o conhecimento mental "puro" de uma língua particular por parte do sujeito falante” (RAPOSO, 1992, p. 21).

¹O NURC foi implantado no Brasil desde 1969, objetivando descrever, de cinco cidades brasileiras (Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), os padrões de uso da língua falada urbana culta.

Essa postura de ambos os linguistas, Saussure² e Chomsky, retirou dos estudos da Linguística as pesquisas de cunho pragmático e ideológico, centrando-se, conseqüentemente, no chamado sistema formal da linguagem. Assim, eles excluíram da linguística os estudos ligados ao efetivo processo de comunicação. Daí serem rotulados de linguistas da abstração, denominados também de linguistas de gabinete (BEAUGRANDE, 1997), justamente por terem subestimado a prática comunicativa, visto que os referidos linguistas e seus discípulos priorizaram trabalhar em casa (ou no escritório).

É somente nos anos 70, conforme já se registrou anteriormente, que se afigura uma nova perspectiva de análise, pautada na produção linguística efetiva, na qual se passam a enfocar os aspectos inerentes à língua falada. Essa nova linha de pesquisa tem como pano de fundo os princípios do paradigma funcional da linguagem que, segundo Neves (1997, p. 15), abrem um leque para teorias globais, nas quais a língua passa a ser analisada na *interface* linguagem-interação social.

Mais recentemente, em finais do século XX, o Ministério da Educação, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), preocupado com a demanda de uma sociedade marcada pela competição e pela excelência, foi impelido a rever os currículos que orientam o trabalho realizado pelos professores e profissionais de áreas afins. E, no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa, determinou, segundo Marcuschi (1999, p. 1), que “pela primeira vez um documento oficial viesse a dedicar atenção especial à linguagem oral no ensino de língua materna, dando-lhe uma posição de destaque”.

Marcuschi (1999) ressalta a importância dos “Parâmetros Curriculares Nacionais – PORTUGUÊS”, que propõem novas orientações para o ensino do português, tendo como alicerce os pressupostos da linguística discursiva. De fato, representam um avanço singular nos estudos da Língua Portuguesa, mas têm recebido críticas frequentes pelo fato de os professores ainda não estarem atualizados para aplicação dessas novas propostas.

Uma das questões de suma importância, relacionada à definição de língua falada³(LF), refere-se ao fato da necessidade de conceituá-la não apenas por elementos do código linguístico, mas como uma prática histórico-social, realizada por diferentes gêneros textuais.

Segundo Marcuschi (1995, p. 11), em geral, a língua falada (LF) tem sido focalizada, pautada na língua escrita (LE), ou melhor dizendo, na escrita formal, “fundada numa gramática codificada e não na língua escrita enquanto texto e discurso”. Esse olhar sobre a

²Ao se examinar a obra de Saussure (1993), pode-se também encontrar sementes do Funcionalismo, como por exemplo, a asserção de que a essência da língua é a comunicação.

³ Neste artigo, as expressões língua falada, texto oral e oralidade serão usadas como sinônimas.

fala é visto como preconceituoso, sendo responsável pela caracterização da relação fala-escrita, enquanto modalidades linguísticas estanques, uma vez que suas pesquisas restringem-se apenas a relações prototípicas de cada modalidade, ou seja, a conversação, em sua versão face a face, para a língua falada, e o texto científico, para a língua escrita, gerando o que se costuma denominar de abordagem dicotômica da linguagem. Por outras palavras, nesse enfoque, a fala constituiu-se apenas da conversação face a face, e a escrita, do texto literário, não contemplando os diferentes gêneros discursivos inerentes às línguas falada e escrita. Tese não aceita pelos linguistas funcionalistas, porque fala e escrita possuem exatamente a mesma gramática, o mesmo sistema linguístico, porém estratégias de processamento textual a elas inerentes.

Esse ponto de vista tende também a supor que fala e escrita realizam-se por dois sistemas linguísticos diversos - um para a fala, outro para a escrita. Contudo, Berruto (1985, p. 121), posicionando-se contra essa tese, diz: “a existência de um novo sistema linguístico só se processa quando a diversidade ocorre no núcleo da estrutura e não nas margens do sistema”. Uma gramática específica da língua falada deveria apresentar “um bloco significativo de regras distintas daquelas presentes na escrita, o que não ocorre com a fala” (MARCUSCHI, 1995). De fato, o que se tem são estratégias de processamento do texto em seus diferentes gêneros textuais, quer seja falado ou escrito.

A posição aqui adotada é aquela defendida por Marcuschi (1995, 2001, 2005), relacionada à visão do contínuo de gêneros textuais⁴, que considera fala-escrita como modalidades de um mesmo sistema linguístico. Para Bakhtin (2003), os gêneros do discurso abarcam textos diversos apreendidos no curso de nossas vidas como membros de alguma comunidade, constituindo-se, pois, práticas sociais oriundas de diversos campos de atividade. Por isso são multiformes tanto quanto os diferentes campos da atividade humana, emergindo em função das novas tecnologias de uma sociedade. Eles são textos que emanam do processo comunicativo de uma determinada comunidade, sendo, pois, empíricos, concretos e de ocorrência real, visto que provêm da comunicação discursiva efetiva.

O diagrama a seguir, extraído de Marcuschi (2001, p. 41), representa a referida visão:

⁴ Embora se reconheça, há certas peculiaridades entre as expressões gêneros textuais (MARCUSCHI, 2001) e gênero do discurso (BAKHTIN, 2003); neste artigo, ambas as terminologias são usadas como equivalentes entre si, conceituando-as como um fenômeno por excelência dialógico.

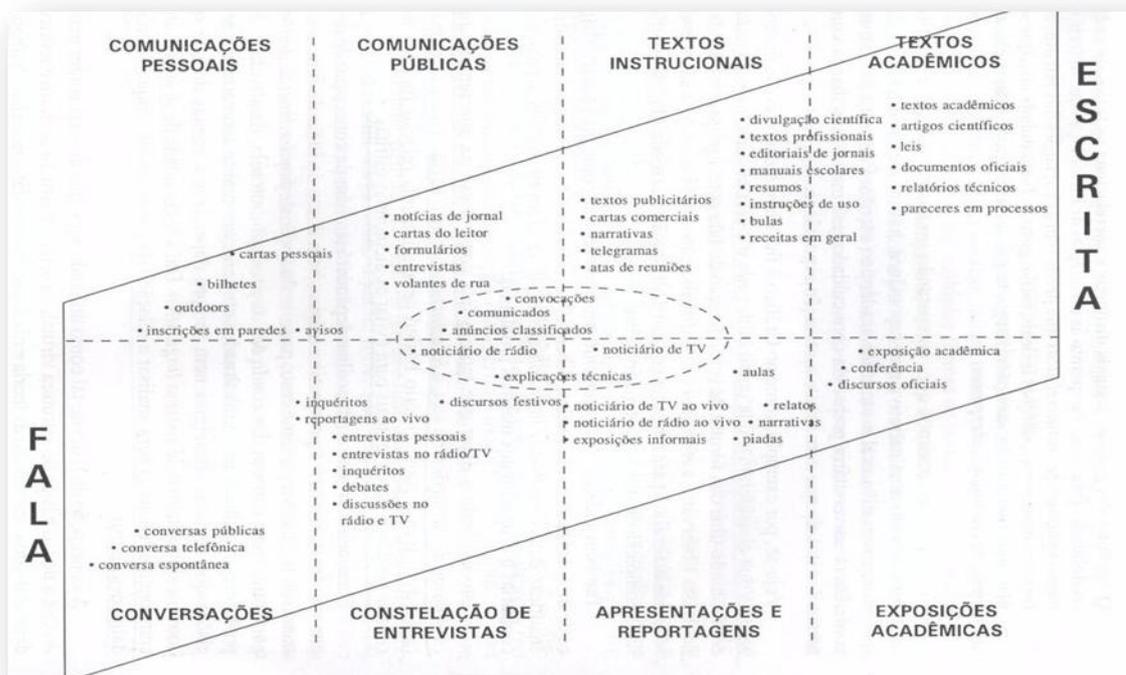


Gráfico 1: Representação do contínuo dos gêneros textuais na fala e escrita (MARCUSCHI, 2001, p. 41).

O gráfico 1 possui três seções: na sua parte superior, encontram-se exemplos do contínuo da escrita, estando, no seu vértice à direita, os textos acadêmicos (artigos científicos, leis, documentos oficiais etc.), e na parte inferior, os exemplos do contínuo da fala e, no vértice à esquerda, os textos das conversações (conversas públicas, conversas telefônicas, conversações espontâneas). No balão, ilustram-se os textos híbridos, mistos (noticiário de rádio, explicações técnicas, anúncios de TV etc.), por incorporarem não somente estratégias do processamento do texto falado, mas também as do escrito. A abordagem do contínuo tipológico permite a identificação de traços semelhantes e/ou diferentes entre as duas modalidades linguísticas. Reconhece-se, por exemplo, a existência de pontos comuns entre a conversação espontânea e a carta pessoal, assim como de traços distintos entre o bilhete e a carta comercial ou, ainda, entre a conversação e o sermão.

A visão do contínuo tipológico considera os gêneros no seio social, isto é, nas suas efetivas práticas sociais, o que possibilita, dentre outros, o reconhecimento de gêneros híbridos, em que fala e escrita se imbricam entre si. Como exemplo, menciona-se “uma aula expositiva que seguramente trata-se de um gênero da fala, mas, enquanto prática social, uma aula está essencialmente penetrada pela escrita: o professor lê, escreve, fala e os alunos também falam, lêem e escrevem o que ouvem” (MARCUSCHI, 2000, p. 6).

A relação fala-escrita, sob a perspectiva dos gêneros textuais, determina alguns posicionamentos que vão ser tratados a seguir:

- refuta a abordagem dicotômica da linguagem, cujas pesquisas confinam-se apenas nos gêneros textuais prototípicos de cada modalidade, ou seja, a conversação, em sua versão face a face, para a língua falada, e o texto científico, para a língua escrita. Propõe-se então que fala-escrita sejam tratadas a partir do *continuum* tipológico de gêneros textuais;
- vê a língua escrita não como a representação ou a imagem da língua falada, mas considera fala e escrita como duas modalidades de um mesmo sistema linguístico, sem postular para ambas a existência de duas gramáticas diversas - uma para a fala, outra para a escrita;
- refuta a supremacia da escrita sobre a fala ou vice-versa, uma vez que a relevância de cada uma das modalidades é determinada apenas pelas práticas sociais; e são as práticas sociais que vão determinar o lugar e o papel dessas duas modalidades. Dessa forma, a preferência de uma ou outra modalidade tem a ver com aspectos determinados dentro de uma sociedade;
- valida os textos híbridos, deixando evidente que há um contínuo entre fala e escrita; logo, nega com veemência a clássica dicotomia entre fala e escrita.

Conceito de língua falada

Após essas reflexões, apresenta-se o conceito de língua falada:

Língua falada é toda a **produção linguística** sonora dialogada ou monologada em situação natural, realizada livremente e em tempo real, em contextos e situações comunicativas autênticas, formais ou informais em condições de proximidade física, ou por meios eletrônicos tais como rádio, televisão, telefone e semelhantes. (MARCUSCHI; DIONÍSIO, 2005, p. 71).

Como se observa em Marcuschi e Dionísio (2005), a língua falada realiza-se através de gêneros textuais, tanto pelo seu modo prototípico, ou seja, o conversacional na relação face a face, quanto por gêneros conversacionais não prototípicos, como entrevistas por rádio, conversas telefônicas, aulas, monólogos (sermão, palestras), dentre outros. Esses gêneros são produções autênticas e naturais, formais ou informais, realizados em tempo real.

Concorda-se com a concepção de Marcuschi e Dionísio (2005) sobre língua falada; sugere-se, contudo, o seguinte ajuste: a substituição da expressão **produção linguística** pela

produção linguístico-semiótica⁵. Essa sugestão objetiva evitar a dicotomia entre elementos paralinguísticos (elementos não-verbais de comunicação, isto é, meneios da cabeça, gestos, variações prosódicas) e elementos linguísticos (código linguístico), tão própria do formalismo linguístico, na medida em que os seus mentores e princípios contemplam apenas o código linguístico.

O texto oral não se constitui apenas do código linguístico, pois possui estratégias a ele específicas, que incluem: hesitações, interrupções, correções, processamento textual, repetições, digressões, os meneios da cabeça etc. Os estudos funcionais, de um modo geral, não dicotomizam elementos puramente verbais dos elementos não-verbais. É por isso que não contemplam a dicotomia saussuriana *langue* e *parole* porque a linguagem é vista na sua totalidade, como uma forma de ação, uma atividade sócio-histórica que leva em conta circunstâncias da enunciação. Nas palavras de Jubran (2006, p. 28), a linguagem é vista “como manifestação de uma competência comunicativa, definível como capacidade de manter a interação social, mediante a produção e o entendimento de textos que funcionam comunicativamente.” Posicionamentos dicotômicos refletem, na sua maioria, a abordagem linguística formal, que excluiu das suas preocupações a língua no seu processo comunicativo.

Algumas reflexões sobre o texto oral prototípico

Passa-se, a seguir, a tecer considerações da língua falada prototípica, a conversacional, conceituada por Marcuschi (1991, p. 14) “[...] como a primeira das formas de linguagem a que estamos expostos e provavelmente a única da qual nunca abdicamos pela vida afora”. Ou nas palavras de Castilho:

A conversação é uma atividade lingüística básica. Ela integra as práticas diárias de qualquer cidadão, independentemente de seu nível sócio-cultural. A conversação representa o intercurso verbal em que dois ou mais participantes se alternam, discorrendo livremente sobre tópicos propiciados pela vida diária, fora de ambientes institucionais como o serviço religioso, as audiências de um tribunal, as salas de aulas etc. (CASTILHO, 2004, p. 29).

Castilho (2004, p. 16-17) assevera que, “na língua falada prototípica, fundamentalmente dialógica, locutor e interlocutor assumem a co-autoria do texto, obrigando

⁵ Proposta de Heine (2011), constante na “Fase bakhtiniana” da Linguística Textual.

ambos a uma sorte de co-processamento sintático”, mostrando que o texto se constrói *pari passu* por meio da interação estabelecida entre interlocutores do discurso. Nas palavras de Rodrigues (1993, p. 18), os interlocutores alternam os seus papéis de falante e ouvinte, e dessa atitude “a quatro mãos”, ou “a duas vozes”, resulta o texto conversacional, elaborado numa determinada situação comunicativa”. Isso terá como consequência a riqueza de elementos descontínuos, caracterizando o que se costuma denominar de “sintaxe interacional” (CASTILHO, 2004, p. 17), ou seja, uma sintaxe fragmentária, que se constitui num dos processos inerentes ao referido gênero textual. Daí a grande presença de elipses, anacolutos, entonações, interrupções, tópicos não lexicalizados, bem como de repetições, correções, hesitações, sobreposições de vozes e marcadores conversacionais, que são estratégias inerentes ao texto oral.

Marcuschi (2002), pautado no linguista alemão Antos (1982), observa que a realização fônica, embora seja condição necessária para a língua falada, não é por si só uma condição suficiente para definir o texto oral, pois o mesmo possui as suas estratégias de processamento. Assim sendo, a leitura de um texto escrito em sala de aula não equivale à língua falada; representa, sim, língua escrita oralizada. Portanto, não se pode confundir língua falada com oralização. A declamação de um poema, por exemplo, não se constitui língua falada; é, sim, escrita oralizada.

O texto falado prototípico apresenta determinadas características, dentre as quais:

- a oralidade prototípica acontece em uma situação comunicativa face a face entre os interlocutores, sendo localmente construída. Assim, apresenta descontinuidades instauradoras por hesitações, interrupções, repetições, correções, parafraseamentos, inserções, segmentações, elipses, entre outros fatos. Esses traços não devem ser avaliados negativamente, como por exemplo, defeitos, disfluências ou perda do fio condutor (MARCUSCHI, 2006);

- o texto oral conversacional, como já se informou, é produzido “a quatro mãos”, ou “a duas vozes”, processo consumado por meio da alternância dos chamados turnos conversacionais, considerados por Castilho (1998, p. 36), a unidade da conversação. Em linhas gerais, “o turno é o segmento produzido por um falante com direito a voz” (CASTILHO, 2004, p. 36), podendo também incluir os sinais de monitoramento conversacional (éh, ah, ahn ahn, uhn, uhn etc);

- “as diferenças e semelhanças entre fala e escrita se dão dentro do *continuum* tipológico das práticas sociais e não na relação dicotômica de dois pólos opostos” (MARCUSCHI, 1995, p. 13);

- a repetição é uma das estratégias mais usadas na língua falada, assumindo, pois, funções diferenciadas (MARCUSCHI, 1996, p. 95). Na fala, onde nada se apaga, a repetição faz parte do processo de edição, ou seja, da construção do texto falado;

- a hesitação é uma das características da língua falada. É preciso dizer que a hesitação faz parte apenas do uso e não do sistema formal da língua, sendo, pois, intrínseca à competência comunicativa em contextos interativos de língua oral e não uma disfunção do falante (MARCUSCHI, 2004, p. 48).

Veja-se o exemplo:

(1)

- 1 Doc - o seu marido sempre exerceu essa profissão que tem agora?
L1 - não ele teve **escritório** no início da carreira...
teve **escritório** durante... oito anos mais ou menos...
depois... ainda com **escritório** e como ele tinha
5 liberdade de advogar ele também... exercia a: **a profi/**
o a advocacia do Estado **né? e::** depois é que ele
começou a lecionar quando quando houve... a necessidade do
regime de **dedicação exclusiva**, pela posição de
DENtro da carreira.. ele precisava optar pela:
10 L2 - **dedicação**
[
L1 - **dedicação exclusiva**
L2 - **ahn ahn**
[
L1 - **sabe?... então** ele:: começou a lecionar. (D2 SP 360: 1160-1173).

Esse exemplo foi extraído de um dos inquéritos do NURC de São Paulo, da modalidade D2, que se realiza através da presença de um documentador (Doc) e dois locutores (L1 e L2), em que processam a sua conversação, tendo como tópico discursivo as profissões. Dessa ilustração, destacam-se algumas das estratégias de formulação do texto oral, a exemplo de marcadores discursivos (MD), repetição, sintaxe interativa, aspecto síncrono, o planejamento da oralidade, a fala no papel, o envolvimento acentuado entre os interlocutores do discurso, a riqueza dos elementos prosódicos, como segue:

Marcadores discursivos

São “elementos de constituição bastante diversificada, envolvendo, no plano verbal, sons não-lexicalizados, palavras, locuções verbais e sintagmas” [...] (RISSO; OLIVEIRA e SILVA; URBANO, 2004, p. 403). Ocorrem, tradicionalmente, na língua falada, porém, hodiernamente, também em textos da língua escrita, sobretudo os dos gêneros informais (*msn*, bilhetes, recados, *twitter* etc). São altamente recorrentes e têm várias funções, realizando-se frequentemente como elementos de interação, monitorando a fala. Os MD sofrem uma acomodação semântica, motivando a perda de parte da transparência denotativa-referencial, conseqüentemente neutralizam as referências denotativas, até se tornarem num grau máximo semanticamente opaco. Na literatura tradicional, usa-se frequentemente a expressão “marcadores conversacionais”. Porém, por sugerir um comprometimento quase exclusivo com o texto oral conversacional, adotou-se a denominação marcadores discursivos, considerando-a mais abrangente, podendo, inclusive, fazer referência a determinados MD presentes também em alguns gêneros da língua escrita (RISSO; OLIVEIRA e SILVA; URBANO, 2004, p. 403).

Do exemplo (1), destacam-se os seguintes MD:

- lexicais: depois... (linha 4), profi/ (linha 6), sabe? (linha 13), então (linha 13);
- elementos não-lexicais: né? (linha 6), ahn ahn (linha 12);
- elementos suprasegmentais: pausas (registradas através de reticências): carreira... (linha 2), durante... (linha 3), menos... (linha 3), também... houve... linha 7);
- entonação enfática (representada por letras maiúsculas): DENTro da carreira... (linha 9);
- prolongamento de vogais (registradas pelo sinal ::): exercia a:: (linha 5), e:: (linha 6), ele:: (linha 13);
- sobreposição de vozes (representada pelos colchetes que ligam a simultaneidade de vozes): há duas sobreposições efetivadas por L2 e L1 e L2 e L1, como se observa a seguir:

L2	- dedicação
	[
L1	- dedicação exclusiva
L2	- ahn ahn
	[
L1	- sabe?... então ele:: começou a lecionar

Repetição

A repetição (R) é uma das estratégias de formulação textual mais presentes na oralidade (MARCUSCHI, 2004). Repetir é produzir a mesma expressão linguística duas ou mais vezes. Porém, é um simples ato tautológico, já que expressará sempre algo novo; há, pois, uma grande diferença entre repetir elementos linguísticos e repetir o mesmo conteúdo. Os segmentos repetidos podem se manifestar por autorrepetições (o próprio falante produz a R na sua fala) ou por heterorrepetições (o interlocutor repete algum segmento dito pelo locutor). A repetição desempenha várias funções: volta-se para a organização discursiva e monitora a coerência textual; além disso, favorece a coesão textual (referenciação, anáfora, dêitico discursivo, catáfora etc); dá continuidade à organização tópica; auxilia nas atividades interativas; na fala prototípica, a repetição faz parte do processo de formulação textual. De acordo com Marcuschi (1996, p. 95), as repetições representam uma das estratégias mais usadas na língua falada, desempenhando várias funções, tais como: a coesividade textual, a continuidade tópica, a interação entre os interlocutores do discurso, favorecendo também a identidade entre os mesmos. Do exemplo (1), observem-se as seguintes repetições:

- escritório, escritório, escritório (linhas 2, 3 e 4);
- dedicação exclusiva, dedicação, dedicação exclusiva (linhas 8, 10 e 11);
- começou a lecionar, começou a lecionar (linhas 7 e 13).

Sintaxe interativa

O exemplo (1) ilustra também a sintaxe interativa, caracterizada pela construção do texto oral prototípico a quatro ou mais mãos ou a duas ou mais vozes (RODRIGUES, 2003, p. 21), na medida em que os interlocutores alternam os seus papéis de falante e ouvinte. O referido gênero processa-se de forma síncrona, ou seja, em tempo real, que tem como traço fulcral o alto grau de interatividade. Esse contexto do texto oral prototípico pode ser melhor compreendido através do seguinte excerto textual:

[...] Segundo Rath (1979), a noção de texto falado se confunde com o próprio processo de sua construção e, no dizer de Antos (1982:183), nele se mantêm explícitos todos os traços de *status nascendi* [...] os interlocutores acompanham, mutuamente, passo a passo, palavra a palavra, expressão a expressão, o processo de construção dos enunciados, com todos os seus desvios, interrupções, reinícios, hesitações, repetições, correções. Todos esses procedimentos são parte integrante do texto conversacional. Nada, no processo de construção, se apaga. (ANTOS, 1982 apud HILGERT, 2000, p. 35).

O aspecto síncrono

Considere-se o que diz Castilho a respeito desse aspecto síncrono da oralidade:

É habitual reconhecer a existência de duas fases constitutivas da linguagem: uma fase de planejamento, pré-verbal, de natureza cognitiva, em que selecionamos o que vai ser dito e analisamos as condições da interação para a veiculação do que vai ser dito, e uma fase de execução, ou fase verbal, em que codificamos através do léxico e da gramática as ideias consideradas adequadas àquele ato de fala. Ora, na língua falada essas fases de planejamento e execução ocorrem simultaneamente, no tempo real. Elas se dão numa situação discursiva plena, isto é, com todos os usuários na presença, o que interfere diretamente na organização e na execução do texto falado. (CASTILHO, 2004, p. 19).

É por isso que se afirma costumeiramente que, no texto oral prototípico, a sua elaboração e produção coincidem no eixo temporal, diferenciando-se, sobremaneira, do texto escrito prototípico (o texto na escrita padrão), que “apresenta dois momentos diferentes: o primeiro, em que se elabora o texto, o segundo em que ele é efetivamente produzido” (BARROS, 2000, p. 59). Frisa-se, contudo, que esse eixo temporal não se aplica indistintamente a todos os gêneros da escrita, pelo fato de alguns dos seus gêneros, como os bate-papos do MSN da internet, serem também síncronos, isto é, são conversações processadas em tempo real. Há, entretanto, outros gêneros da escrita (cartas tradicionais, artigos científicos, receitas, *e-mails*, poemas etc.), que mantêm as clássicas relações assíncronas, caracterizadas pela defasagem temporal entre produção e recepção do texto escrito. Logo, o referido eixo temporal não mais representa um divisor de águas entre fala e escrita, como ocorrera nas pesquisas iniciais sobre esse assunto.

Hodiernamente, consoante o contínuo dos gêneros textuais da relação fala-escrita (MARCUSCHI, 2001), que trouxe à baila os textos híbridos, que partilham de estratégias de processamento de ambas as modalidades, o que permite a identificação de traços semelhantes e/ou diferentes entre as duas modalidades linguísticas, não é mais possível atribuir características exclusivas à oralidade. Assim, reconhece-se, por exemplo, a existência de pontos comuns entre a conversação espontânea e a carta pessoal, assim como traços distintos entre o bilhete e a carta comercial ou ainda entre a conversação e o sermão, o que evidencia que as características das modalidades linguísticas não se dão de forma estanque e dicotômica, como postula a visão imanentista da linguagem, mas sim num *continuum* de

gêneros textuais. A análise dos *chats*, sobretudo, traz à baila uma certeza: a de que os linguistas devem ainda buscar uma definição plena, tanto para a língua falada como para a língua escrita, que contemple de fato a sua ocorrência através de seus diferentes gêneros textuais.

Marcuschi (2004) ressalta que não é interessante enfatizar, de forma demasiada, as características, interpretando-as como únicas e exclusivas do texto oral, visto que há gêneros da escrita, como já registrado anteriormente, os *chats* - os bate-papos na Internet, que apresentam traços da língua falada (são conversações síncronas, embora escritas, construídas por coautoria, resultando também numa sintaxe interativa, a presença de marcadores discursivos, dentre outras).

O planejamento da oralidade

Focaliza-se, ainda, a discussão clássica de o texto falado prototípico ser ou não ser planejado. É notório que o texto falado é essencialmente planejado, mas se trata de um planejamento negociado *pari passu*, ou seja, administrado localmente, à medida que a conversação se processa, em função, inclusive, dos objetivos dos seus interlocutores. Por isso, mantém a presença explícita de todos os seus traços de *status nascendi*, pondo em público não os seus desvios, mas sim as estratégias de processo de construção do texto falado (interrupções, reinícios, hesitações, repetições, correções). Todos esses procedimentos são parte integrante do texto conversacional. Por isso que nada, no processo de construção, se apaga (ANTOS, 1982 apud HILGERT, 2000, p. 35).

A fala no papel

Apresentam-se algumas das questões que envolvem a relação fala-escrita, denominadas por Olson (1997) “mitos da escrita”. Parece que, na Antiguidade Clássica, no que tange à relação fala-escrita, a atenção esteve voltada, nos seus primórdios, para a oralidade, em especial no período dos retóricos. Contudo, a partir do Período helenístico (séc. III a. C. ao séc. VI d. C.), em especial, através do primeiro manual de gramática — a *Téchné grammatiké* de Dionísio da Trácia (séc. II a. C.), a língua escrita recebe tratamento prioritário, constituindo-se uma entidade superior à fala, que era vista, conforme Nebrija, gramático

renascentista espanhol do século XV, como “solta, desregrada, repleta de hesitações e agramaticalidades” (OLSON, 1997, p. 20).

Na tradição, considerando a força que a referida gramática assumiu, tendo sido divulgada ao mundo ocidental pelos romanos, a escrita passou efetivamente a ser vista como a representação ou a imagem da língua falada. “Escrever é transcrever a fala”, ou ainda “a escrita seria a fala no papel” (OLSON, 1997, p. 19). Assim interpretada, “a escrita era um simples instrumento, desprovido de existência autônoma e encarregado exclusivamente de fazer uma transposição da língua, sem exercer nenhuma influência sobre ela” (BLANCHE-BENVENISTE, 2004, p. 13).

Nos primórdios do século XX, por exemplo, Saussure ([1916] 1972, p. 33-34), o pai da linguística moderna e Bloomfield (1933), mentor do estruturalismo norte-americano, apesar do seu perfil linguístico, vão também considerar a escrita a imagem da língua falada, ou seja, a sua representação. Tendência grega, vista por Olson (1997, p. 19), como um dos mitos dessa tradição clássica, que ainda vem sendo mantida no seio da denominada linguística formal, cujos mentores são Saussure e Chomsky.

O referido mito, proposto pela primeira vez por Aristóteles (384-322 a. C.), na Antiguidade Clássica, parece gerar uma contradição: a concepção de que a língua escrita era tida como paradigma único das reflexões linguístico-filosóficas, considerada superior em relação à fala e, por outro lado, a concepção da mesma como um código substituto, consagrado exclusivamente à transcrição da língua falada. Na verdade, trata-se de uma visão reducionista, na qual a escrita seria simploriamente a representação da fala (ARISTÓTELES apud ROBINS, 1979, p. 15), ou seja, seria um código de segunda ordem, cujas unidades “significam” sons ou sucessões de sons (BÉGUELIN, 2004, p. 28). Apresenta-se limitada e restrita ao gênero literário, tendo a função precípua de representar a fala. Ou nas palavras de Blanche-Benveniste (2004, p. 12), “a escrita era um simples instrumento, desprovido de existência autônoma e encarregado exclusivamente de fazer uma transposição da língua [...]”. Ou ainda, conforme Olson (1994, p. 20), a escrita seria *a fala no papel*.

Blanche-Benveniste (2004) critica-o veementemente, por não aceitar a tese de que a língua escrita seja reduzida a um instrumento de transposição da fala. A escrita enquanto prática social transcende à “notação” simplória de grafemas, pois dela emanam marcas sócio-históricas, que não podem ser reduzidas a simples codificação. Portanto, apresenta-se, conseqüentemente, munida de fenômenos discursivos e não apenas do código linguístico.

Esse posicionamento da escrita como uma prática social apoia-se, por um lado, nos estudos desenvolvidos a partir da década de 60 do século XX, tais como a Análise do Discurso (AD), a Sociolinguística, a Análise da Conversação (AC), a Linguística Textual (LT), dentre outros, que, de forma mais sistemática, objetivaram transcender a linguística da abstração, já que se voltam para o efetivo processo discursivo, focalizando a língua em uso em suas práticas sociais e que, de forma direta ou indireta, estão calcadas na Antiguidade Clássica, uma vez que estabelecem liames com a retórica clássica e com os trabalhos da linguística hindu (cerca do séc. IV a. C.).

Quanto à superioridade da escrita em relação à fala, apesar da ubiquidade da escrita nas sociedades modernas, pois que, quase nenhum evento significativo, das declarações de guerra aos simples cumprimentos de aniversário, prescinde da documentação da escrita, não se pode dizer que ela seja superior à oralidade. Assim, ao colocar a relação fala/escrita no âmbito das práticas sociais, Marcuschi (2001) possibilita, entre outras, a desmitificação da tão arguida superioridade da escrita face à fala, deixando claro que a preferência de uma ou outra modalidade tem a ver com aspectos funcionais, determinados dentro de uma sociedade.

Além das características apresentadas, pretende-se, por último, destacar os seguintes traços da língua falada:

O envolvimento acentuado entre os interlocutores do discurso

O envolvimento se manifesta de modo produtivo por meio da ocorrência dos pronomes pessoais (eu, me, nós, a gente - substituto de nós, tu, você etc); o envolvimento também se efetiva quando os interlocutores desenvolvem, durante a conversação, o mesmo ou diferentes tópicos discursivos, estabelecidos pela cooperação entre as pessoas umas com as outras, durante a conversação, para um uso eficiente da linguagem. “O tópico define não só o processo de *interação centrada* (GOFFMAN, 1976 apud JUBRAN 2006, p. 90) ou estabelecimento do intercâmbio verbal, como também o movimento dinâmico da estrutura conversacional”;

A riqueza dos elementos prosódicos

Não se pode deixar de registrar a presença desses elementos que podem influenciar sobremodo na constituição da persuasão, gerando inclusive sentidos eminentemente pragmáticos. Assim, podem influenciar na constituição da persuasão no texto oral. A prosódia é parte da fonética que estuda a pronúncia das palavras e das frases. A expressão prosódica está relacionada com as propriedades acústicas da fala, mas na linguística discursiva, transcende à representação puramente segmental linear dos fonemas (RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2008). Estes linguistas, ao realizarem uma pesquisa voltada para os prosódicos, chegaram à seguinte conclusão:

[...] podemos afirmar que encontramos nesse discurso fortes marcas de elementos prosódicos atrelados aos recursos argumentativos e textuais. Entendemos que tanto a argumentação como os recursos textuais perderiam parte de seus potenciais se fossem articulados sem os recursos prosódicos; ou seja, a palestra provavelmente não teria o mesmo poder de alcance se fosse proferida sem o especial “apelo” aos elementos prosódicos. (RODRIGUES; FIGUEIREDO, 2008, p. 240).

A presença dos signos semióticos

Os sinais que os interlocutores apresentam durante o exercício pleno de comunicação (olhares, gestos, expressão facial, corporal etc.), revelam engajamento ou não, estabelecido entre os mesmos (ORECCHIONI, 2006). Assim, não é suficiente que os interlocutores falem alternadamente, mas é preciso todo um jogo corporal que se soma ao código linguístico, engajando-se numa troca pragmática, cujo resultado é a interação efetiva entre interlocutores do discurso. Esses signos semióticos contribuem, de forma substantiva, com o processo conversacional, permitindo que os interlocutores estabeleçam adaptações, continuamente, em suas enunciações, às necessidades do outro e do contexto em que se desenrolam. Esses signos semióticos são parte constitutiva do texto oral, estando presentes, em maior ou menor grau, em todos os gêneros da oralidade.

O texto conversacional deve, pois, ser entendido como um processo interativo, caracterizado por acordos consolidados através de contínuas negociações. Para alcançarem os objetivos almejados durante uma conversação, os interlocutores atuam continuamente ente si, alternando seus papéis e criando situações que precisam ser sempre negociadas.

Os signos semióticos constituem-se, de fato, uma característica fundamental na construção do texto falado. Portanto, a definição plena de língua falada prevê a presença dos

sujeitos envolvidos na conversação que dialogam face a face e que podem empregar mais facilmente ou preferencialmente os dêiticos e recursos semióticos, tais como os gestos ou as expressões faciais, pois se encontram em um mesmo espaço e partilham do mesmo contexto situacional.

Considerações finais

O ensino da Língua Portuguesa, hodiernamente, deve contemplar as duas modalidades do sistema linguístico, ou seja, deve trabalhar tanto com gêneros da escrita como com os gêneros da oralidade. Essa premissa tem se alicerçado sobretudo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, no final da década de 90 do século XX, determinaram, segundo Marcuschi (1999, p. 1), “pela primeira vez que um documento oficial viesse a dedicar atenção especial à linguagem oral no ensino de língua materna, dando-lhe uma posição de destaque”. Os PCNs afirmam a necessidade de a escola trabalhar com a modalidade oral, como se observa no seguinte excerto textual: “Ensinar língua oral deve significar para a escola possibilitar acesso a usos da Linguagem mais formalizados e convencionais, que exijam controle mais consciente e voluntário da enunciação, tendo em vista a importância que o domínio da palavra pública tem no exercício da cidadania” (BRASIL, 1998, p. 67). Dir-se-á que “Ensinar língua oral é sobretudo desenvolver a competência comunicativa do aluno, capacitando-o a usar a língua adequadamente em situações sociais. Todavia, apesar desse incentivo dos PCNs, o ensino da Língua Portuguesa, no Brasil, continua caótico por vários aspectos, em especial o tratamento do texto oral, tendo em vista inúmeros fatores: a habilitação dos professores ainda continua nos moldes formais, haja vista a existência de universidades que não contemplam os estudos discursivos; o fato de que os livros didáticos, embora digam que vão trabalhar com a oralidade, na prática não a tratam efetivamente. Esse cenário tem corroborado para a inexistência do tratamento da oralidade em sala de aula, ou sua abordagem de forma incipiente, mas também para interpretações distorcidas a respeito da língua falada. Assim sendo, sugere-se que a escola assumo o propósito e responsabilidade de “ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: realização de entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc.” (BRASIL, 1998, p. 25).

Espera-se que o texto em foco contribua, de alguma maneira, não somente com uma reciclagem para os docentes de um modo geral, mas também possa iniciar a caminhada dos

neófitos da ciência da linguagem, constituindo-se o cadinho para estimulá-los à pesquisa, posicionando-se criticamente face às questões *status quo* que ainda emperram a educação brasileira.

Referências

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Procedimentos de reformulação**: a correção. In: PRETI, Dino et al. *Análise de textos orais*. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 2000 (PROJETOS PARALELOS: v.1).

BEAUGRANDE, R. de. **New foundations for a science of text and discourse**: cognition, communication and freedom of access to knowledge and society. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BÉGUELIN, M. J. Unidades de língua e unidades de escrita: evolução e modalidades da segmentação gráfica. In: FERREIRO, E. **Relações de (in)dependência entre oralidades e escrita**. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 27-46.

BERRUTO, G. Pen una caraterizzazione del parlato: L'Italiano parlato há un'altra grammatica? In: HOLTUS, G, RADTKE, E (ed.). **Gesprochenes Italienisch in Geschichte und Gegenwart**. Tübingen: Narr, 1985. p. 120-153.

BLANCHE-BENVENISTE. A escrita irredutível a um código. In: FERREIRO, E. F. **Relações de (in)dependência entre oralidade e escrita**. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTILHO, A. T. de. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. v. 1: Primeiras idéias. São Paulo: Humanitas Publicações / FFLCH/USP, 1998.

_____. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOMSKY, A. N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Tradução de José Antônio Meireles e Eduardo Paiva Raposo. Coimbra: Armênio Amado, 1965.

FERRONATO, V. L. de A. S. **A fala e a escrita em questão**: retextualização. Curitiba Paraná, 2012. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/sem10pdf/sm10ss02_09.pdf>.

Fiqueredo, E. M.; FIGUEIREDO, M. F. **O discurso religioso e a tríplice influência:** argumentação. Disponível em: <http://br.linkedin.com/pub/poliana-rodriques-figueiredo/38/821/a52>>. Acesso em: 08 agosto 2012.

FIORIN, J. L. A linguagem em uso. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística**. São Paulo: Contexto, 2002.

HYMES, D. H. Acerca de la competencia comunicativa. In: LLOVERA, M. *et al.* **Competencia comunicativa:** documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madri: Edelsa, 1995. p. 27-46.

HEINE, L. M. B. Aspectos da perspectiva funcionalista da análise linguística. In: HEINE, Licia M. B.; HEINE, P. (Org.). **Questões do texto e do discurso**. Salvador: Kalango, 2011a.

HILGERT, J. A construção do texto falado por escrito na internet. In: PRETI, D. **Fala e escrita em questão**. v.4. 5 ed. São Paulo: Humanitas, 2000.

HILGERT, J. Procedimentos de reformulação: paráfrase. In: PRETI, D. **Análise de textos orais**. 5. ed. São Paulo: Humanitas Publicações FFLCH/USP, 2000 (PROJETOS PARALELOS: v. 1), p. 103- 127.

HYMES, D. A cerca de la competencia comunicativa. In: COMPETENCIA comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras. Madrid: EDESELSA, 1995. p. 27-46.

JUBRAN C.; KOCH, I. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

JUBRAN C. A perspectiva-textual interativa. In: JUBRAN C.; KOCH, I. (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 27-36.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Tradução Maria Margarida Barahona. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1969.

MARCUSCHI, L. A. **Linguística de texto:** o que é e como se faz. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Mestrado em Letras e linguística, 1983.

_____. **O texto no ensino da língua:** sugestões teóricas e práticas. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1986. mimeo.

_____. **Análise da conversação**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARCUSCHI, L. A. **A repetição na língua falada:** formas e funções. Recife. Tese (Titular no concurso de linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, 1992. mimeo.

_____. **Fala e escrita:** relações vistas num *continuum* tipológico com especial atenção para os dêiticos discursivos. Recife: UFPE, 1995. mimeo.

_____. **O tratamento da oralidade nos PCNs de Língua Portuguesa de 5ª a 8ª séries.** *Scripta*, Belo Horizonte. v. 2, n. 4, p. 114-129, 1999.

_____. Aspectos da progressão referencial na fala e na escrita no português brasileiro. In.: GÄRTNER, Eberhardt, HUNDT, Ch., SCHÖNBERGER, A. (ed.). **Estudos de Linguística Textual do Português.** Frankfurt-Main: TFM, 2000, p. 79-107.

_____. **Da fala para escrita:** atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al. **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

_____. **Curso de linguística de texto.** Recife: UFPE, 2003. mimeo.

_____. **Aspectos da escolha e do acesso lexical na oralidade e na escrita.** Recife: UFPE, 2004. mimeo.

_____. Hesitação. In: JUBRAN C.; KOCH, I. (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 48-86.

_____; DIONÍSIO, A. P. **Fala e escrita.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLSON, D. R. **O mundo no papel:** as implicações conceituais e cognitivas de leitura e da escrita. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Ática, 1997.

ORECCHIONI, Catheribe Kerbrat. **Análise da consersação:** princípios e métodos. São Paulo: Parábola, 2006.

RAPOSO, E. P. **Teoria da gramática.** A faculdade da linguagem. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

RIBEIRO, A. P. G.; SACRAMENTO, I. (Org.). **Mikhail Bakhtin:** linguagem, cultura e mídia. São Carlos: Pedro e João editores, 2010.

RISSO, Mercedes Sanfelice; OLIVEIRA e SILVA. Giselle Machline de; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN C.; KOCH, I. (Org.). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

ROBINS, R. H. **Pequena história da lingüística.** Tradução Luís Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

RODRIGUES, A. C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais.** São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

RODRIGUES, A. C. S. Língua falada e língua escrita. In: PRETI, D. (Org.). **Análise de textos orais**. 6. ed. São Paulo: Humanitas Publicações, 2003.

SAUSSURE, F. de. **Curso de lingüística geral**. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.